

Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos oito dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Joleibol, no Auditório Fernando Jorge do Araújo Soares, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Joleibol, dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

Em representação da Associação de Joleibol do Porto, estiveram presentes os delegados Joaquim Manuel Oliveira Silela, Maria Helena Ziladeira Silela, Jacinto Saucedes Tavares e Pedro Manuel Pereira Agimfeiza; da Associação de Joleibol de Lisboa, Ana Carolina Patins Lopes de Mendonça; da Associação de Joleibol de Braga, Paulo Fernando Gomes Costa; da Associação de Joleibol de Coimbra, Luís Miguel Duarte Patins Fezómimo; da Associação de Joleibol da Guarda, Mário Nunes Ribeiro Sucena; da Associação de Joleibol de Vila do Castelo, José Henrique Zofe Seratim; da Associação de Joleibol de Viseu, Helder João Pereira dos Santos e Artur Bombinho de Lucena; da Associação de Joleibol de Tadeira, Luís João Pacheco Simões Maia; da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, Margarida de Fátima Pessoa Fizes; da Associação de Joleibol de São Miguel, António José Fata Pimentel; da Associação de Desportos da Ilha do Faial, Eduardo Manuel Andrade Gomes; da Associação de Joleibol da Ilha do Pico, Laura Guistina Ázevedo Foga; da Associação de Joleibol da Ilha de Santa Maria, Helena Ferreira; da Associação Portuguesa de Árbitros de Joleibol, Manuel Domingos Saucedes Tavares e José Joaquim Cruz Rodrigues Ferreira; da Associação de Árbitros de Joleibol, António Corbal Simões Ázevedo.

A direcção da Federação Portuguesa de Joleibol esteve representada pelo Presidente, Vicente Araújo, e pelos Directores António Sá, Maria de Lurdes Lopes, Amélia Melo, Joaquim Pacheco e Pedro Oliveira. Presentes igualmente o Director Técnico Nacional, Daniel Lacerda, o Economista da

111
FRU, João Juno Ferreira, o Assessor Jurídico, Rogério Pedro Oliveira, bem como o Secretário Geral, Teodomiro de Carvalho. Por ausência do Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral a mesma foi dirigida pelo Presidente da Associação de Joleibol do Porto, Joaquim Nitele, e secretariada pelo secretário Geral da FRU, Teodomiro de Carvalho.

Antes de se iniciar a sessão, procedeu-se à verificação das credenciais e à confirmação do número de votos (dezenove).

No período antes da ordem do dia, juraram da palavra o delegado da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, Margarida Figueira, o delegado da Associação de Árbitros de Joleibol, Avelino Azevedo, o delegado da Associação de Joleibol do Porto, Pauline Tavares, e o delegado da Associação Portuguesa de Árbitros de Joleibol, Manuel Tavares. No final de cada uma das intervenções as questões levantadas foram esclarecidas pelo Presidente da Federação Portuguesa de Joleibol.

Começou por usar da palavra o delegado da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, que questionou a razão de atraso do envio das licenças pela federação e in-existentes multas, a eficiência das inscrições eletrónicas e a não informação das nomeações de árbitros a nível nacional, que acaba por condicionar as nomeações a nível regional. O Presidente da comissão esclareceu que, no que respeita às licenças, tal facto deve-se à chegada em simultâneo durante o mês de Outubro, do pedido de inscrições. O facto de as inscrições on-line poderem ser concelhadas, a partir desta época, poderá a curto prazo tornar mais célere a entrega das respectivas licenças. Foi esclarecido que as Associações, se assim o entenderem, podem inscrever os atletas dos Clubes seus filiados por esta via. No que respeita ao recebimento das nomeações de árbitros a nível nacional,

12/1
já procurar saber o que se passa com aquela Associação uma vez que todas as outras recebem este tipo de informação.

De seguida, usou da palavra o delegado da Associação de Árbitros de Joleibol, que começou por expressar os parabéns pela participação nos jogos olímpicos de Londres, mais concretamente no Joleibol de linha de um árbitro português e da nomeação de portugueses para os novos órgãos da FIVB (Federação Internacional de Joleibol). Lamentou a falta de delegados Técnicos aos jogos e a não nomeação de marcadores aos mesmos, o que, no seu entender, é mais importante do que a nomeação de juizes de linha. Manifestou a sua preocupação acerca da não obrigatoriedade de policiamento nos jogos.

Questionou sobre a situação actual dos recibos verdes. Por fim solicitou qual a possibilidade de as convocatórias para as Assembleias Gerais passarem a ser enviadas via correio electrónico.

O Presidente da FIV, começou por informar que os Clubes, caso assim o entendam, podem proceder à aquisição de marcadores para os seus jogos. A não nomeação de marcador para os jogos, bem como de delegados aos mesmos prende-se com a crise que atravessamos. Quanto ao policiamento, informou que quem alterou a obrigatoriedade de policiamento aos jogos foi o Espanhol. No entanto, de acordo com a regulamentação em vigor, são já vários os casos em que a lei obriga a que tenha lugar o referido policiamento. No que respeita aos recibos verdes dos árbitros, após consulta com o revisor oficial de contas, irá manter-se o que neste momento está a ser feito. Por fim informou que, caso a Assembleia assim o entenda as convocatórias para as Assembleias Gerais passarão a ser feitas via correio electrónico.

O Delegado Marcelino Tavares usou da palavra para referir que nos termos legais em vigor a direcção da Federação

perguntas que os Associados tenham por convenientes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu de imediato as inscrições para esclarecimentos, informando os Delegados que o Presidente da Direcção, no fim de cada intervenção, iria esclarecer as mesmas.

Começou por usar da palavra o Delegado da Associação de Joleibol de São Miguel, António Pimentel, para referir que, no plano - Quadro III (enquadramento humano da Federação) não estão mencionados os elementos que constituem a Direcção.

De imediato o Presidente da Direcção informou tratar-se de um lapso que iria ser corrigido.

Por fim usou da palavra o Delegado da Associação de Joleibol de Lisboa, Carolina Fendosa, para informar os presentes da nova Direcção da sua Associação da qual é Presidente. Foi informado que a nova equipa iria cumprir o seu papel dinamizador na área de Lisboa, aumentar o número de atletas federados e implementar ainda mais o giza vlei, o minivoleibol e voleibol de praia.

O Presidente, Vicente Araújo referiu que foi importante a eleição na Associação de Joleibol de Lisboa para a dinamização do voleibol naquela área. Apareitou para felicitar não só a esta Associação mas igualmente as Associações de Coimbra e Porto pelas eleições realizadas e todos aqueles que agora fazem parte das mesmas.

Finda a apreciação, discussão e esclarecimentos, procedeu-se de imediato à votação, tendo o Documento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Joleibol para o ano de dois mil e traze, sido aprovado por unanimidade.

Desejando a todos os presentes e seus familiares votos de boas festas e de um Próspero Ano de Dois Mil e Traze, o Presidente da Assembleia, em exercício, deu por encerrados os trabalhos, mandando levantar a

Portuguesa de Joleibol pode com legitimidade apresentar alterações regulamentares sem necessidade de consentimento da Assembleia Geral, como aliás o tem feito.

O Presidente referiu que, não obstante a jurisdição da Federação ter efectivamente essa competência, tem tido o cuidado de fazer pausas para discussão a generalidade das alterações que tem sido levadas a cabo. Afirmando que esteve sempre em dissonância com algumas das alterações introduzidas ao novo regime jurídico das federações desportivas e que tem lutado pela sua reformulação.

Por fim, usou da palavra o Delegado da Associação Portuguesa de Árbitros de Joleibol, Manuel Lourenço, solicitando informações acerca do encaminhamento dos árbitros face à falta de delegados técnicos aos jogos. Referiu ainda a possibilidade de fazer delegados aos jogos que gratuitamente pudessem realizar essa função.

O Presidente da Federação Portuguesa de Joleibol, esclareceu que o encaminhamento está a ser feito, não sendo igualmente desconsiderada a hipótese de, pontualmente, serem a ser nomeados delegados em condições a definir.

Não havendo mais intervenções antes da ordem de dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício deu andamento aos trabalhos, passando ao ponto único da referida ordem, conforme estabelecido na convocatória da Assembleia - Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Joleibol para o Ano de 2015/16 e 2016/17.

O Presidente da Direcção apresentou, de um modo global, o Orçamento e Plano de Actividades da Federação Portuguesa de Joleibol para o ano de dois mil e treze.

O Plano e Orçamento é um reflexo do momento que o país atravessa, tendo sido por isso elaborado em rigor e com clareza que os tempos em que vivemos requerem, entendendo porém ser de maior utilidade responder ou

perguntas que os Associados tenham por convenientes.

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral abriu de imediato as inscrições para esclarecimentos, informando os Delegados que o Presidente da Direcção, no fim de cada intervenção, iria esclarecer as mesmas.

Começou por usar da palavra o Delegado da Associação de Joleibol de São Miguel, António Limentel, para referir que, no plano - Quadros III (enquadramento humano da Federação) não estão mencionados os elementos que constituem a Direcção.

De imediato o Presidente da Direcção informou tratar-se de um lapsus que iria ser corrigido.

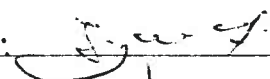
Por fim usou da palavra o Delegado da Associação de Joleibol de Lisboa, Carolina Fendonga, para informar os presentes da nova Direcção da sua Associação da qual é Presidente. Foi informado que a nova equipa irá cumprir o seu papel dinamizador na área de Lisboa, aumentar o número de atletas federados e implementar ainda mais o giza volei, o minivoleibol e voleibol de praia.

O Presidente, Vicente Araújo referiu que foi importante a eleição na Associação de Joleibol de Lisboa para a dinamização do voleibol naquela área. Aproveitou para felicitar não só a esta Associação mas igualmente as Associações de Coimbra e Porto pelas eleições realizadas e todos aqueles que agora fazem parte das mesmas.

finda a apreciação, discussão e esclarecimentos, procedeu-se de imediato à votação, tendo o Orçamento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Joleibol para o ano de dois mil e treze, sido aprovados por unanimidade.

Desejando a todos os presentes e seus familiares votos de boas festas e de um próspero Ano de Dois mil e Treze, o Presidente da Assembleia, em exercício, deu por encerrados os trabalhos mandando levantar a

my
presente acta que depois de lida e aprovada vai ser
assinada nos termos legais.

O Presidente em exercício: 

O Secretário em exercício: 